O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS CURSOS DE JORNALISMO E O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA NA IMPRENSA

Andréa F. WEBER*

RESUMO: Este artigo discute o ensino de Língua Portuguesa nos cursos de Jornalismo de universidades federais do RS. O objetivo deste trabalho foi identificar e avaliar conteúdos gramaticais e linguísticos no ensino de língua direcionado aos futuros profissionais da imprensa. Para tanto, foi efetuada uma análise de conteúdo das ementas das disciplinas de Redação, ministradas nos cursos de Jornalismo da UFSM e da UNIPAMPA. Esses dados foram interpretados à luz da história do ensino de línguas no Brasil e de estudos acerca do discurso midiático sobre as línguas. Os resultados mostram que o conhecimento gramatical ainda é visto como base à produção textual e que os estudos de variação linguística estão praticamente ausentes da proposta de ensino de línguas nesses cursos.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa – Jornalismo – Ensino de Línguas

RESUMEN: Este artículo discute la enseñanza de Lengua Portuguesa en las carreras de periodismo de universidades federales de RS. El objetivo de este trabajo fue identificar y evaluar los contenidos gramaticales y lingüísticos en la enseñanza de lengua dirigida a los futuros profesionales de la prensa. Para eso, fue efectuado un análisis de contenido de los programas de las disciplinas de Redacción, ministradas en las carreras de periodismo de UFSM y de UNIPAMPA. Estos datos fueron interpretados bajo la historia de la enseñanza de lenguas en Brasil y de estudios acerca del discurso mediático sobre lenguas. Los resultados señalan que el conocimiento gramatical todavía es visto como base para la producción textual y que los estudios de variación lingüística están prácticamente ausentes de la propuesta de enseñanza de lenguas en tales carreras.

PALABRAS-CLAVE: Lengua Portuguesa – Periodismo – Enseñanza de Lenguas

INTRODUÇÃO**

Na comunidade científica brasileira, muito se discute o ensino de língua portuguesa nas escolas, no entanto, pouco se fala da língua portuguesa ensinada nos vários cursos superiores do país. Em umas mais, em outras menos, a língua aparece nas carreiras universitárias como base para o exercício da profissão, sendo ensinada, em geral, com fins mais aplicados do que reflexivos. No caso dos cursos de Jornalismo¹, alvos deste estudo, a língua e o seu ensino têm um papel fundamental pela própria característica da profissão. Por isso mesmo, neles, o currículo é recheado de disciplinas

* Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutoranda em Letras / af_weber@yahoo.com.br.

** Artigo realizado a partir de estudos efetuados na disciplina A Ciência Linguística e o Ensino de Línguas, ofertada ao Doutorado em Letras da UFSM, sob a orientação da Prof. Dra. Graziela D'Angelo.

¹ Embora informalmente chamemos de "curso de Jornalismo", oficialmente a nomenclatura da carreira universitária é, no Brasil, "Comunicação Social-Habilitação Jornalismo", o que quer dizer que todo jornalista tem uma formação geral em comunicação com uma especialização em atividades comunicacionais jornalísticas.

associadas à língua, contemplando conteúdos que vão desde ortografia, sintaxe, tipologia textual, estilo até estrutura e produção de textos tipicamente jornalísticos, como a notícia e a reportagem.

No mercado de trabalho, os jornalistas colocam em prática seus conhecimentos linguísticos, reproduzindo ou inovando estilos de escrita, "acertando ou errando" na sintaxe e na ortografia, reproduzindo a concepção de jornalismo e de língua que aprenderam (também) na universidade. Embora conhecimentos sobre a língua sejam construídos ao longo de toda a vida do sujeito, com uma interferência muito significativa da escola sobre esse processo, acreditamos que o curso de Jornalismo tem um papel fundamental nesse sentido, pois redireciona os usos da língua para uma atividade profissional.

Nesse ponto, surge a questão discutida neste artigo. Alguns linguistas, como Bagno (2001; 2008) e Scherre (2005) criticam a imprensa, ou melhor, a mídia de um modo amplo, por adotar e por difundir uma postura preconceituosa sobre a língua, ao publicar dicas de normas gramaticais, ao criticar e ao ironizar usos que fogem à norma culta, ao dar voz aos gramáticos e não aos linguistas. Mas de onde emerge essa postura "gramaticeira"? Seria ela resultado da concepção de língua que os jornalistas aprendem na universidade? Que conteúdos sobre a língua são contemplados pelos currículos? Que teorias linguísticas permeiam esses conteúdos?

Essas indagações se tornam ainda mais intrigantes se pensarmos na atuação de jornalistas em regiões de fronteira entre países, onde a língua oficial toma outras dimensões por sua situação de contato com outras línguas. É possível que também nesses locais o jornalismo difunda preconceitos linguísticos? Os cursos de Jornalismo que formam estudantes provenientes dessas regiões demonstram preocupação com a temática das línguas em contato? Considerando que muitos desses estudantes voltam para atuar profissionalmente em suas cidades de origem, existe, por assim dizer, uma visão que contemple a diversidade linguística?

Para tentar responder a essas questões, selecionamos para estudo os currículos e as ementas das disciplinas de língua portuguesa oferecidas em três cursos superiores de Jornalismo, de duas universidades federais do Rio Grande do Sul: a Universidade Federal de Santa Maria- UFSM (campus Santa Maria e campus Frederico Westphalen) e a Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA. Estes cursos e estas instituições foram escolhidos, por considerarmos que eles sejam, atualmente, os principais formadores de jornalistas procedentes (e atuantes) das regiões de fronteira internacional do estado com o Uruguai e com a Argentina.

No Rio Grande do Sul, junto com a UFSM e a UNIPAMAPA, a UFRGS também oferta o curso de Jornalismo na capital Porto Alegre. Em 2010, a UFPEL, da cidade de Pelotas, na região Sul, próxima à capital e ao Uruguai, instituiu também um curso de Jornalismo. Existem ainda, nas regiões Noroeste e Centro Ocidental (conforme divisão geopolítica da FEE), quatro instituições não-públicas que ofertam cursos de Jornalismo. Optamos por concentrar nossa análise nas instituições públicas citadas acima, por entender que os cursos de Jornalismo destas têm maior impacto social nas suas regiões por: 1) formarem um maior número de alunos; 2) possuírem fortes políticas

de extensão; 3) servirem de base para a elaboração dos currículos das universidades não-públicas; 4) terem um maior tempo de atuação, como é o caso do curso de Jornalismo na UFSM, na sede em Santa Maria.

A UFSM possui esse curso há 39 anos no seu campus principal, em Santa Maria, na região Centro Ocidental do RS. Em 2006, por meio do projeto de expansão das IFES no país, implantou o curso de Jornalismo no campus de Frederico Westphalen, no Noroeste do estado. Nesse mesmo ano, colaborou para a implantação da Unipampa e do seu curso de Jornalismo, sediado em São Borja, na região Sudoeste. Assim, os cursos de Jornalismo da Unipampa (Jornalismo-Unipampa) e da UFSM campus Frederico Westphalen (Jornalismo-UFSM/FW) têm sua estrutura curricular baseada no modelo vigente no curso de Jornalismo da UFSM campus Santa Maria (Jornalismo-UFSM/SM) na época da implantação desses novos campi. O currículo de 2006 da UFSM, contudo, foi substituído no curso de Jornalismo-UFSM/SM em 2010 por uma nova proposta, que altera também as disciplinas de língua.

Embora nos cursos de Jornalismo o ensino de língua esteja presente durante praticamente toda a formação, por meio do ensino de redação para gêneros específicos de cada área de atuação (jornalismo digital e impresso, radiojornalismo e telejornalismo), neste estudo, optamos por analisar apenas as ementas das "disciplinas de língua", entendendo como disciplinas de língua aquelas que visam a dar noções gerais de conhecimento sobre a língua e são ministradas por professores formados em Letras.

Assim, formam o nosso corpus os currículos e ementas das disciplinas descritos abaixo:

Quadro 1 –Currículos e disciplinas analisadas.

	UFSM/SM	UFSM/FW	UNIPAMPA
Ano de instituição do currículo	2010	2006	2006
Disciplinas	Redação em comunicação I Redação em comunicação II	Redação e expressão oral I Redação e expressão oral II Redação e expressão oral III	Redação e expressão oral I Redação e expressão oral II Redação e expressão oral III

A partir deles, procuraremos averiguar quais conteúdos são predominantes nas disciplinas, que teorias linguísticas os subjazem e em que medida estes discutem a realidade linguística das regiões em que estão implantados. Para isso, iniciamos apresentando alguns estudos e discussões sobre a relação entre mídia e língua, para, em seguida, observarmos currículos e disciplinas listados acima à luz de estudos de Linguística e de Ensino de Línguas no Brasil.

O JORNALISMO E SUA RELAÇÃO COM OS ACONTECIMENTOS DA LÍNGUA, SEUS USUÁRIOS E SEUS ESPECIALISTAS

Marcos Bagno, no artigo intitulado "A dupla personalidade linguística da mídia impressa: discurso prescritivista versus prática não-normativa" (2001), traça o movimento histórico dos padrões de uso da língua no jornalismo brasileiro ao longo do século 20, destacando que, nesse período, os textos jornalísticos impressos foram se afastando de um modelo literário, com rebuscamento sintático e preciosismo lexical, para se tornarem cada vez mais próximos de usos cotidianos, com construções e vocabulário mais simples. Essa mudança no padrão de língua resultou de uma mudança no perfil de leitores de jornal e na própria concepção do que é jornalismo, à qual foram incorporados ideais de objetividade e de imparcialidade, antes inexistentes como fundamentos da profissão (CORNU, 1994). As mudanças na prática profissional e seus reflexos na língua culminaram no fato de que hoje os jornais impressos do país são tidos como o modelo de português brasileiro urbano escrito culto (BAGNO, 2001).

Atualmente, segundo o autor, os textos jornalísticos impressos brasileiros apresentam uma grande uniformidade gramatical, sem variações regionais marcadas e com construções semelhantes às de obras científicas. Para Bagno (2001), a mídia acabou tomando o lugar da literatura como modelo de boa escrita e angariou para si o papel de detentora e de defensora da língua correta. Com isso, formou-se o que o autor chama de dupla personalidade linguística da mídia: por um lado, apresenta uma prática linguística não normativa em seus textos (embora para a população possa ser uma referência de texto "correto"), pois representa o português brasileiro urbano culto atual, por outro, mantém um discurso gramatical prescritivista, ao produzir manuais de redação notadamente normativos e ao ceder espaço em suas páginas para colunas e notícias sobre correção da língua, usando como fontes de informação, principalmente, gramáticos.

Essa dupla personalidade linguística da imprensa acaba suscitando críticas de dois lados: daqueles que defendem o saber normativo e daqueles que defendem a variação da língua. Assim, é possível encontrar, por exemplo, obras que condenam o excesso de liberdade que a imprensa toma ao usar a língua, como é o caso do livro *A imprensa e o caos na ortografia*, de Marcos de Castro (1998), que critica severamente o uso de palavras estrangeiras, a grafia dos nomes de pessoas e outras modificações que fogem ao padrão fonológico e às regras ortográficas da língua. Também não é difícil de perceber, mesmo nos manuais de redação de jornalismo, dicas que fogem à orientação gramatical da língua portuguesa, como a eliminação da vírgula de muitos pontos indicados pela norma por "truncar a leitura do texto" (como o adjunto adverbial deslocado ou justaposto) e a adaptação da regência de certos verbos ao uso vigente (visar o, namorar com). No entanto, as acusações de libertinagem linguística da imprensa são muito menores, em termos de livros e de artigos publicados, do que as observações sobre sua supervalorização da gramática e da unidade da língua nacional.

Em contrapartida, existe um forte discurso de crítica ao compromisso gramatical da imprensa brasileira circulando, especialmente, nos âmbitos acadêmicos. Rajagopalan

(2005), por exemplo, comenta o medo das pessoas com a perspectiva de o português brasileiro perder sua identidade diante dos crescentes empréstimos linguísticos anglo-saxônicos, sentimento que é fomentado pela mídia sedenta de notícias e por entusiastas que, segundo o autor, são bem-intencionados mas mal aconselhados. Scherre (2005), por sua vez, vai ainda mais longe e acusa a imprensa nacional da difusão de ideias preconceituosas sobre a língua. Para a autora, os jornais de nosso país, por serem tidos como representantes legítimos da sociedade brasileira, acabam incorrendo em discursos preconceituosos sobre a língua, ao confundirem língua com norma gramatical e efetuarem "associações perversas", como entre variantes linguísticas e beleza/ feiúra, elegância/ deselegância, competência/ incompetência, inteligência/ burrice.

Cláudia Pfeiffer (2001) discute o papel do jornal no ensino de língua, mostrando que, desde os anos 80, o jornal vem sendo, cada vez mais, usado em sala de aula com finalidades como nortear a discussão de temas, servir de modelo sintático-argumentativo da língua e constituir um pretexto para a produção escrita. Esse crescente uso do jornal surgiu, segundo ela, com a (boa) intenção de aproximar o aluno da língua culta falada atualmente e de distanciá-lo do modelo da literatura clássica. Porém, a relação do jornal com a língua continua sendo intermediada por uma ideia de gramática de uma língua a-histórica, fixa e transparente, uma vez que a escritura dos jornais é elaborada a partir dos mesmos pressupostos normativos das gramáticas (PFEIFFER, 2001). Essa constatação é corroborada por Telma Dominguez da Silva (2001), ao observar Manuais de Redação da grande imprensa brasileira. Conforme a autora, eles produzem uma "instrumentalização sobre a língua", em que é recorrente a ideia do "bom texto", para o qual se criam normas relativas à correção e à adequação da língua.

Para Faraco (2008), contudo, embora na mídia predomine uma visão linguística sempre acusadora de erros, os gramáticos brasileiros atuais não são os representantes de uma norma gramatical retrógrada, tanto que os melhores dicionários e gramáticas do país incorporam características da norma comum. Para Faraco, essa visão acusadora de erros provém do senso comum, que reproduz uma noção artificial e anacrônica de norma, a qual é reiterada pelos gramáticos de plantão da imprensa. Para o autor, a associação entre gramática e língua está tão arraigada no saber popular que, apesar de o Brasil dispor de um amplo levantamento sociolinguístico vinculado a universidades de todas as partes do país, não tem sido possível alterar significativamente essa representação de língua (FARACO, 2008).

Assim, a partir dessas observações, é possível inferir que uma das causas da "gramatiquice" da imprensa pode estar associada à necessidade de vinculação com os juízos de seu público, que é leigo e que sustenta um imaginário prescritivo e preconceituoso de língua. É importante notar, todavia, que esse saber popular sobre a língua tem origem ou reforço, em grande medida, nas noções sobre língua que a escola difunde. E, mesmo que os professores de língua hoje tenham passado pelo ensino de linguística, obrigatório nos cursos de Letras desde 1968 (ALTMANN, 1998), e que exista um esforço político oficial voltado a dotar o ensino de língua de perspectivas teóricas mais modernas, ainda hoje a educação linguística formal nas escolas brasileiras é voltada à transmissão da gramática normativa (BAGNO e RANGEL, 2005).

Porém, como mostram os autores, embora a escola tenha se centrado em um padrão normativo de língua, ela não vem conseguindo que seus alunos reproduzam esse mesmo padrão. Assim, se, de um lado, temos um imaginário popular prescritivo reforçado pela escola, por outro, temos uma escola que não consegue alcançar os objetivos do ensino gramatical a que se propõe. Como resultado, ganha espaço uma imprensa com discursos prescritivistas, os quais, conforme Bagno (2001), têm duas funções: auxiliar os leitores para que "escrevam certo" e conferir credibilidade ao próprio jornal, por associar correção gramatical a rigor jornalístico na apuração e divulgação dos fatos. Essa seria uma segunda causa para a "gramatiquice" da imprensa brasileira depois da tentativa de adequação ao imaginário do senso comum, segundo nossa percepção.

Nessas discussões sobre usos e discursos da mídia envolvendo a língua portuguesa no Brasil, são colocados em cena vários aspectos importantes: o imaginário normativo presente no senso comum, os interesses da imprensa em respaldar na língua o trabalho jornalístico, o preconceito linguístico, o ensino de língua nas escolas, os manuais de redação, a necessidade de adequação da língua ao público, entre outros. Porém, existe outro fator que, a nosso ver, é um importante mediador entre jornalistas e língua na vida profissional: o ensino de língua nos cursos de Jornalismo. É no curso de graduação em Jornalismo que o sujeito sofrerá um redirecionamento dos usos da língua portuguesa: seja na forma escrita ou oral, ela será seu principal instrumento de trabalho ao longo da vida profissional.

É sobre a influência da universidade na formação linguística do jornalista e, por consequência, nos usos e conceitos que se difundem sobre língua na imprensa do país que a discussão abaixo estará centrada.

O CURRÍCULO DOS CURSOS DE JORNALISMO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Como apontado na introdução deste artigo, o objetivo deste estudo foi analisar currículos e ementas de disciplinas de língua de três cursos de Jornalismo do interior do Rio Grande do Sul, que consideramos serem os principais formadores de jornalistas para a região de fronteira do estado. Por que inserir a fronteira nessa análise de conteúdo curricular? Por entendermos que as regiões fronteiriças estão entre as que mais necessitam de visões não preconceituosas sobre a língua, uma vez que estão submetidas ao intenso contato entre línguas e a toda gama de efeitos linguísticos e sociais que isso produz: empréstimos linguísticos, formação de dialetos, bilinguismo, intercâmbio cultural, etc. Essa realidade de trocas linguísticas e culturais é marcadamente importante nas fronteiras gaúchas com os países platinos, onde existe uma história de grande convivência entre os povos que constituíram os três países – Brasil, Uruguai e Argentina-, que resultou em economia e cultura semelhantes, além de nove cidades gêmeas distribuídas ao longo da linha limítrofe do Brasil com os outros dois países (STURZA, 2006; STURZA E FERNANDES, 2009).

Assim, poderíamos imaginar que as instituições federais do interior do estado tivessem em consideração esse contexto e que isso gerasse maneiras de abordagem da língua diferentes daquelas efetuadas nas capitais ou nas regiões litorâneas. Isso se aplica especialmente à Unipampa, que tem campi espalhados ao longo da fronteira, vários deles em cidades-gêmeas, como é o caso do curso de Jornalismo, instalado em São Borja, cidade gêmea com Santo Tomé-Argentina. No entanto, a descrição que segue mostra que a adaptação curricular ao contexto local não foi muito significativa, especialmente no que diz respeito ao ensino de línguas.

Tanto o curso de Jornalismo da UFSM/FW quanto o da Unipampa tiveram como base o currículo do curso de Jornalismo-UFSM/SM, instaurado em 2004 e vigente em 2006, quando da criação desses campi. No caso de FW, esse currículo foi mantido praticamente sem modificações. Já a Unipampa, alterou algumas disciplinas, entre as quais podemos identificar uma tentativa de inserção no contexto local notadamente agropecuário da região com a obrigatoriedade da disciplina de Comunicação Rural e Comunitária.

Já com relação às alterações relacionadas às disciplinas de língua, Jornalismo-Unipampa e Jornalismo-UFSM/FW mantêm três disciplinas idênticas no nome, as quais estavam presentes no seu currículo de origem, o da UFSM/SM 2004: *Redação e expressão oral I*, *Redação e expressão oral II*, *Redação e expressão oral III*. O nome das disciplinas remete a uma ideia de língua recorrente a partir dos anos 70 no ensino de língua portuguesa, que é da língua relacionada à sua funcionalidade comunicacional. Nesse período, como resultado de uma pedagogia tecnicista, o ensino de *Língua Portuguesa* foi substituído nas escolas pelo de *Comunicação e Expressão* (FARACO, 2008), com o qual se buscava ensinar o estabelecimento de contato coerente do indivíduo com seus semelhantes (comunicação) e permitir a manifestação harmônica da sua personalidade (expressão), conforme estabelecia a Resolução do Conselho Federal de Educação 853/71.

Atualmente, a exemplo da mudança de nomenclatura que aconteceu nas disciplinas de língua no ensino escolar, em muitos cursos de Comunicação do país, a antiga nomenclatura já mudou para, por exemplo, *Português Aplicado à Comunicação*, ou *Redação em Comunicação*, ou simplesmente *Redação Jornalística*, distanciando-se, ao menos no título, desse viés de ensino de língua vigente ao longo do regime militar brasileiro (1964-1985).

Com relação aos objetivos dessas disciplinas de *Redação e Expressão Oral I, II e III*, vigentes atualmente na Unipampa e na UFSM/FW, previstos em suas ementas, temos a seguinte e idêntica distribuição:

Quadro 2 – Objetivos das disciplinas de Redação e Expressão Oral Jornalismo-UFSM/FW e Jornalismo-Unipampa

<i>Redação e Expressão Oral I</i>	<i>Utilizar corretamente as normas gramaticais da Língua Portuguesa na comunicação oral e escrita, com vistas à produção de textos</i>
<i>Redação e Expressão Oral II</i>	<i>Produção de textos com atenção especial para o estilo e interpretação</i>
<i>Redação e Expressão Oral III</i>	<i>Produção de textos, com ênfase na produção de textos informativos e opinativos, bem como ensaios críticos</i>

Podemos perceber que a produção de textos é sempre a finalidade principal, variando apenas os meios para atingi-la (*ensino de gramática com vistas à*) ou a ênfase em certas atividades (*interpretação*), gêneros jornalísticos e textuais (*informativos, opinativos, ensaios críticos*) ou características (*estilo*). Assim, a reflexão sobre a língua e suas variedades não tem evidência entre os objetivos. O estudo da gramática tradicional é tido nessas ementas como instrumento para aprender a escrever, revelando uma crença hoje bastante combatida entre os profissionais da Linguística, que apregoam que os conhecimentos metalinguísticos constituem apenas um aperfeiçoamento à prática escrita especialmente associada à norma-padrão, sendo os conhecimentos e as práticas epilinguísticos os fundamentais para o desenvolvimento da habilidade redacional (FRANCHI, 2006).

Os conteúdos previstos para as três disciplinas ajudam a entender melhor tais objetivos. Abaixo estão representadas as *Unidades* do conteúdo programático, porém sem a descrição dos *Itens Temáticos* que compõem cada uma dessas unidades.

Quadro 3 – Conteúdos das disciplinas de Redação e Expressão Oral Jornalismo-UFSM/FW e Jornalismo-Unipampa

<i>Redação e Expressão Oral I</i>	<i>A palavra escrita; Estruturação do período e pontuação; Sintaxe; Expressividade da linguagem.</i>
<i>Redação e Expressão Oral II</i>	<i>Linguagem; Figuras de linguagem; Eficácia da comunicação; O texto.</i>
<i>Redação e Expressão Oral III</i>	<i>Redação literária e não literária; Crônica, conto e romance; Textos informativos e opinativos; O ensaio crítico.</i>

Da maneira como se estruturam essas *Unidades*, é fácil perceber que as disciplinas preveem um ensino de língua que inicia pelo estudo da gramática, passa pelos estudos linguísticos da comunicação e termina na redação de diversos gêneros textuais, com considerável ênfase na literatura. Essa ordem de apresentação dos conteúdos sugere a ideia de que o domínio das regras gramaticais da língua padrão é o princípio básico de qualquer aprendizado de escrita, o qual vai ser aperfeiçoado com

conhecimentos semânticos e comunicacionais e culminará no texto literário, o mais complexo e de mais qualidade entre as possibilidades da língua.

A gramática normativa como princípio e o texto literário como modelo do ensino de língua são concepções que receberam intensa crítica e reformulação na década de 80, a partir dos estudos linguísticos (FARACO, 2008; ANGELO, 2005), tanto que a literatura foi sendo substituída nas escolas pelos próprios gêneros jornalísticos como modelo de língua, notadamente nos livros didáticos (PFEIFFER, 2001; BAGNO, 2001). No entanto, a análise dessas ementas curriculares revela que não só o nome da disciplina, *Redação e Expressão Oral*, remete à história educacional do regime militar, como também as ideias sobre ensino de língua ainda têm esse vínculo com propostas anteriores à fase de reformulação do ensino que acompanhou a abertura política do país.

Uma análise detalhada dos itens temáticos de cada disciplina, que não estão evidenciados, por questão de espaço, no quadro acima, mostra que *Redação e Expressão Oral I*, voltada ao ensino de normas, segue em seus conteúdos, inclusive, a ordem como eles são apresentados nas gramáticas: ortografia e acentuação; período simples e composto; regência, concordância e colocação; estilo. Portanto, aqui, predominam conhecimentos de língua embasados na gramática tradicional, ainda que nenhuma gramática seja aconselhada na bibliografia da disciplina, mas sim várias obras com caráter de "manuais de redação".

Redação e Expressão Oral II, que tem ênfase nas questões semânticas e comunicacionais, traz, por sua vez, uma mescla de diferentes vertentes de estudos linguísticos, aqui identificados a partir da obra de Mussalin e Bentes (2001), em seus três volumes. Essa disciplina faz remissão a noções como *Frase e Tipos de texto*, refletindo estudos da linguística textual ou transfrástica. Também as *Funções da Linguagem* são citadas. Junto com ela, há a menção à *Denotação, conotação, metáfora e metonímia*, resultados de estudos semânticos e literários. Por fim, os estudos discursivos são rapidamente invocados, para contribuir no entendimento da *Eficácia da comunicação*, no item *Qualidade e efeitos dos discursos*.

Importante mencionar que, na bibliografia básica de *Redação e Expressão Oral II* da UFSM/FW, linguistas de vertente funcionalista, semântica e discursiva não estão apresentados na bibliografia, mas apenas da filologia/estilística e da literatura (Othon Garcia e Massaud Moisés, respectivamente). Já na Unipampa, há autores para todos esses ramos da linguística, menos para os estudos discursivos.

Redação e Expressão Oral III, por fim, tem ênfase na produção de textos em diferentes gêneros textuais/discursivos, embora não use esse conceito, que, na linguística, se desenvolverá com base nos trabalhos de Bakhtin e receberá maior atenção a partir da década de 90 (Mussalin e Bentes, 2001). Existe, nessa ementa, um considerável enfoque na literatura, seja no conteúdo (50% dedicado a gêneros jornalísticos, 50% dedicado a literários), seja na bibliografia da disciplina, que na UFSM/FW possui apenas autores da área da literatura, e na Unipampa intercala estudos de literatura com estudos linguísticos, em geral, já citados como complementares nas disciplinas anteriores.

Quadro 4 – Objetivos das disciplinas de Redação em comunicação, Jornalismo UFSM/SM

<i>Redação em comunicação I</i>	<i>Utilizar corretamente as normas gramaticais da língua Portuguesa, visando à produção de textos, com atenção especial para o estilo e a interpretação.</i>
<i>Redação em comunicação II</i>	<i>Utilizar corretamente as normas gramaticais da língua Portuguesa visando à produção de textos, com ênfase na produção de textos informativos e opinativos, bem como de gêneros discursivos.</i>

Já no que se refere ao currículo da UFSM/SM, vemos que o número de disciplinas de língua foi reduzido, em 2010, de três para duas. Também o nome foi modificado, substituindo a fórmula *Redação e Expressão Oral* por *Redação em Comunicação*. Tem-se aí uma tentativa de atualização teórica das disciplinas e de distanciamento do velho padrão, evidenciada pela forma de nomeá-las, como observado anteriormente. Porém, a mudança do nome reflete apenas em parte uma mudança de perfil.

Nos objetivos, novamente, aparece a redação como finalidade principal, variando a ênfase em certos fatores, que ora são estilo e interpretação, ora são os diferentes gêneros textuais/discursivos. Aqui, se, por um lado, temos a manutenção de alguns pressupostos do currículo anterior (*estilo, interpretação, textos informativos e opinativos*) e certa incoerência em distinguir gêneros jornalísticos de gêneros discursivos² (*...com ênfase na produção de textos informativos e opinativos, bem como de gêneros discursivos*), por outro, vê-se uma outra tentativa de atualização, com a inserção dos estudos de gêneros discursivos/textuais, os quais como acabamos de salientar, constituem uma área de abordagem recente na linguística.

Outro dado que chama a atenção é que a gramática, que, nas ementas anteriores da UFSM/SM (que são as atuais da Unipampa e da UFSM/FW), era mencionada apenas em uma das três disciplinas de *Redação*, agora ganhou importância, sendo citada em todas as duas disciplinas do currículo. Assim, tanto na *Redação em Comunicação I* como na *II*, a utilização correta das normas da língua aparece como pressuposto básico para a redação de textos, mesmo quando a ênfase da produção textual deve recair no *estilo e interpretação* ou nos *gêneros discursivos*. Assim, podemos dizer que a ideia de que os conhecimentos metalinguísticos fornecidos pela gramática sejam pressupostos básicos para a produção textual, a qual já foi observada e comentada nas disciplinas da Unipampa e UFSM/FW, continua tendo espaço e, mais do que isso, vem ganhando importância no ensino de língua em Jornalismo no interior do Rio Grande do Sul.

No que se refere aos conteúdos, as disciplinas de *Redação em Comunicação I e II* da UFSM/SM estão organizadas somente em macroitens, equivalentes e muitas vezes

² “Gêneros jornalísticos” é uma noção muito usual na área da comunicação para categorizar “gêneros textuais/discursivos”. Três dos gêneros mais difundidos são os de jornalismo interpretativo, informativo e opinativo. O primeiro, por exemplo, engloba gêneros textuais/discursivos como a reportagem. O segundo, a notícia e a nota. O terceiro, o editorial e a crônica.

semelhantes às antigas unidades, mas sem um detalhamento temático em itens menores. Isso reflete, junto com a presença de apenas uma curta bibliografia básica, uma maior liberdade de escolha de conteúdos por parte do docente. O quadro 5 descreve esses conteúdos.

Quadro 5– Conteúdos das disciplinas de Redação em Comunicação, Jornalismo UFSM/SM

<i>Redação em comunicação I</i>	<i>A palavra escrita. Estruturação do período e pontuação. Sintaxe. Expressão escrita.</i>
<i>Redação em comunicação II</i>	<i>Expressividade da linguagem. O parágrafo. O texto. Redação técnica.</i>

É importante ressaltar que a UFSM/SM mantém em *Redação em Comunicação I* um conteúdo notadamente gramatical, embora a ênfase da disciplina seja *interpretação e estilo*, conforme objetivos já descritos no quadro 5. Já em *Redação em Comunicação II*, em que a ênfase recai sobre os diversos *gêneros discursivos* (tal qual expresso nas ementas), o conteúdo parece apontar principalmente para a linguística textual. Esses itens são, no geral, um resumo das ementas das disciplinas de *Redação e Expressão Oral*, anteriores à reformulação de 2010. A novidade está na inserção da ideia de *redação técnica*, cujo conceito não se esclarece pela bibliografia da disciplina, mas que, supõe-se, remeta a técnicas de redação aplicadas aos gêneros jornalísticos. Isso estaria em consonância com os diversos tipos de texto apontados nos objetivos da disciplina e com outra disciplina do Jornalismo ofertada em semestre concomitante chamada *Técnicas de Apuração e Redação Jornalística*.

A bibliografia que acompanha as ementas das duas disciplinas totaliza cinco obras, das quais quatro constituem os já mencionados "cursos de redação" e uma se vincula aos estudos literários. Estes, embora tenham sido mantidos nas ementas apenas para embasar estudos de *estilo*, de pouca menção nos conteúdos, têm na bibliografia um lugar de menção, como se fossem um horizonte de escrita, ainda que não um modelo, para o texto jornalístico.

Pela descrição efetuada até então, percebem-se, em primeiro lugar, algumas incoerências na relação entre objetivos/conteúdos/bibliografia das disciplinas analisadas. No entanto, deixando de lado esses problemas, que não são nosso foco de discussão neste artigo, o Quadro 6, abaixo, procura descrever as obras bibliográficas apontadas nas ementas dos três cursos de graduação alvos deste estudo, independentemente de serem elas básicas ou complementares.

Quadro 6– Bibliografias presentes nas ementas dos três cursos analisados neste estudo

Exclusivas UFSM/SM	_____
Exclusivas UFSM/FW	SAMUEL, Rogel. Novo manual de teoria literária. 2002.
Exclusivas Unipampa	BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico : o que é e como se faz. 2007. CHALHUB, Samira. Funções da linguagem . 1993. FARACO, Carlos; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto : língua portuguesa para nossos estudantes. 1992. FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência textuais . 2002
Comum Unipampa UFSM/FW	TREVISAN, Armindo. A poesia . Porto Alegre: 2000 COELHO, Nelly Novaes. Literatura e Linguagem. 1986.
Comum das três	ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação . 1999. FIGUEIREDO, Luiz Carlos. A redação pelo parágrafo . Brasília.1995. SERAFINI, Maria Teresa. Como escrever textos . 1995. GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna . 1997. MOISÉS, Massaud. A criação literária . s.d.

Vale ressaltar que dos três cursos de Jornalismo, os da UFSM/SM e UFSM/FW não apresentam bibliografia complementar nas suas ementas, ao contrário da prática adotada pela Unipampa. Nesta, em geral, a bibliografia herdada da UFSM constitui a *básica* e a inserção de novos livros constitui a *complementar*. Assim, podemos ver, pelas obras descritas no quadro, que os manuais de redação e a literatura constituem o cerne do ensino de língua portuguesa nos três cursos de Jornalismo. Evidentemente, tais manuais de redação podem diferir em sua filiação teórica, cuja identificação não pretende este artigo, mas, o que se entende é que neles a noção de técnica de redação é predominante, como compete a um manual, convergindo com uma visão tecnicista da língua ainda bastante vigente nos cursos de comunicação do país, conforme ressalta Correa (2002).

Percebemos também que, mesmo trazendo entre os conteúdos programáticos conceitos dos estudos linguísticos, apenas a Unipampa menciona obras correspondentes (ver acima Chalhub e Fávero). Além disso, a Unipampa insere em sua bibliografia complementar uma obra cujo tema não está previsto nem nos objetivos, nem nos conteúdos das suas disciplinas: o preconceito linguístico. A inserção do livro de Marcos Bagno (2008), que apresenta os diversos mitos sobre a língua, seus efeitos preconceituosos e inclusive o papel da mídia nesse cenário, em um curso de Jornalismo, em uma cidade-gêmea da fronteira Brasil-Argentina, insinua uma percepção, mesmo que incipiente, da necessidade de contemplação desses conteúdos, tendo em vista a realidade bilíngue do lugar. Desse modo, por citar autores da Linguística, entre eles um

que discute o preconceito linguístico, o que não ocorre nos demais cursos aqui considerados, pode estar surgindo nesta universidade efetivamente fronteira, a Unipampa, uma perspectiva de ensino de língua e redação que tende mais às propostas atuais dos estudos linguísticos do que aos estudos gramaticais e literários.

No entanto, a discussão realizada ao longo deste artigo mostra que se, por um lado, não é possível afirmar que as ementas revelam cursos baseados apenas na gramática da língua, por outro, é possível concluir que existe um ensino gramatical fortemente arraigado, independentemente do fato de ele conviver com maior ou menor número de teorias linguísticas. Esse padrão não é exclusividade dos currículos gaúchos, tanto que Corrêa, em *Linguagem e Comunicação Social* (2002), identifica que, nos cursos de Comunicação Social, a ausência da linguística deve-se a uma opção curricular, com currículos que não apresentam a disciplina ou com ementas de língua portuguesa que priorizam o ensino gramatical. Deve-se também, segundo o autor, a uma resistência dos profissionais da comunicação em aceitar posturas de ensino menos técnicas, com a justificativa de que é preciso habilitar o aluno a produzir textos "bons" e "apropriados" para cada veículo midiático. Também é importante mencionar que ementas não são armaduras e que é possível que o professor de tais disciplinas direcione o ensino de língua para caminhos não previstos ali, como faz o próprio Manoel Gonçalves Corrêa, professor das disciplinas de língua dos cursos de Comunicação da UNESP-Bauru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa análise curricular e conteudística da inserção de disciplinas de língua portuguesa nos cursos de Jornalismo de três instituições do interior do Rio Grande do Sul, evidencia-se, em primeiro lugar, a necessidade de reavaliação dessas estruturas de ensino, uma vez que, muitas vezes, objetivos, conteúdos e referencial bibliográfico estão mal relacionados. Isso pode decorrer de um difícil diálogo entre os interesses de quem oferta (os cursos de Jornalismo) e de quem ministra (os cursos ou professores de Letras) as disciplinas de língua para os cursos de Comunicação Social. O fato é que, para ambos, tais disciplinas podem ser secundárias: para professores de língua são disciplinas fora do seu curso de origem; para professores de Jornalismo são disciplinas periféricas à prática jornalística propriamente dita. Disso tudo, resultam ementas engessadas em velhos modelos, ou mal fundamentadas, ou com apenas alguns reflexos das novas propostas teóricas do campo das Ciências da Linguagem.

Interessante notar que apesar de toda crítica e insistência na necessidade de mudança do ensino de língua portuguesa nas escolas pelos pesquisadores, especialmente pelos linguistas, essas mesmas propostas são de difícil aplicação até mesmo "em casa", dentro da universidade. Ao mesmo tempo em que criticam os jornalistas por sua visão gramaticeira, tampouco os linguistas, que, muitas vezes, são professores dos futuros jornalistas na universidade, parecem estar fornecendo uma outra perspectiva de língua para tais profissionais. Evidentemente, como já dito, ementas não são armaduras de

conteúdos, sendo possível para cada docente flexibilizá-los e inserir neles alguma perspectiva alternativa e particular sobre os fatos da língua. Porém, sem dúvida, o primeiro passo estaria na mudança curricular que, no caso dessas disciplinas de língua para os cursos de Jornalismo, depende do diálogo entre os professores de letras e jornalistas.

Pela análise dessas ementas, parece que, na contramão das propostas dos estudos linguísticos e para maior aflição daqueles que já se assustam com a "gramatiquice" e os preconceitos linguísticos da imprensa brasileira, a normatividade continua com um grande espaço nos conteúdos de língua dos cursos de Jornalismo, sendo vista como base para a escrita. Ao mesmo tempo, os estudos linguísticos, quando aparecem nas ementas, têm um viés mais técnico do que reflexivo, além de, muitas vezes, bibliograficamente pouco embasados. A discussão sobre variação e/ou preconceito linguístico está praticamente ausente de objetivos e conteúdos em todas as instituições analisadas, tendo recebido apenas uma menção na bibliografia do curso de Jornalismo da Unipampa.

A Unipampa é a instituição que mais aponta na direção do uso de conhecimentos linguísticos em suas disciplinas de língua para Jornalismo, fenômeno que pode ser atribuído a sua localização geográfica fronteiriça e a um desconforto prescritivista que o contato entre línguas promove. Como ensinar apenas português-padrão se a fala das pessoas têm traços das tendências enunciativas das línguas próximas (STURZA E FERNANDES, 2009)? Um jornalista pode falar portunhol no rádio? Como ignorar o espanhol se até mesmo os jornais impressos da fronteira costumam ser bilíngues? Mesmo diante de tantas inquietações, a adaptação do currículo dessa instituição ao que a região exigiria em termos de ensino de línguas é ainda muito incipiente, do ponto de vista do conhecimento das teorias linguísticas.

Já os dois cursos da UFSM, em Santa Maria e em Frederico Westphalen, mesmo sendo formadores de jornalistas para o interior do estado e para a fronteira, dão uma ênfase muito grande ao domínio da norma-padrão e ao texto literário, enquanto a questão das variantes linguísticas é desconsiderada. Inclusive, a alteração mais recente nas ementas da UFSM/SM revela uma crescente nessa direção. É possível que essa insistência na gramática nos cursos de Jornalismo seja decorrente da queixa dos professores de Jornalismo de que, cada vez menos, os alunos entram na universidade sabendo escrever bem. Problema para o qual, na visão de leigos, a gramática é a solução.

Os linguistas diriam que tanta dificuldade em escrever é resultado, possivelmente, não da falta de gramática, mas do excesso dela na história escolar dos alunos, aliada à falta de leitura e de tarefas epilinguísticas. Some-se a isso a precariedade das escolas do país e a falta de acesso a bens culturais a que estão submetidos os moradores da maioria das cidades brasileiras, mas especialmente das interioranas, como as deste estudo.

No entanto, essa percepção não chega nem a leigos, nem a jornalistas e tampouco tem muitos reflexos na escola, de modo que todos esses setores continuam entendendo a língua na perspectiva do certo e do errado e a gramática como a fotografia da língua certa. Essas áreas – escola, senso comum e mídia – retroalimentam-se em sua

concepção e difusão de língua, sem ouvir os gritos distantes de linguistas insatisfeitos com ela. A conquista de mais voz na sociedade e na mídia, tão desejada pelos linguistas, poderia vir sobre sua intervenção mais efetiva sobre o ensino de língua nos cursos de Jornalismo, no qual se abre a possibilidade de "extirpar o mal pela raiz".

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ANGELO, G. *Revisitando o ensino tradicional de língua portuguesa*. 2005. 261f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem /Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- BAGNO, M. A dupla personalidade lingüística da mídia impressa: discurso prescritivista X prática não normativa. Seminário "Mídia, educação e leitura", 13º Congresso de Leitura do Brasil – COLE. Campinas, julho de 2001. Disponível em http://www.marcosbagnos.com.br/conteudo/arquivos/art_dupla_personalidade_midia.htm
- _____. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 50 ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- BAGNO, M; RANGEL, E. O. *Tarefas da educação lingüística no Brasil*. In: Revista Brasileira de Lingüística Aplicada. V. 5, n. 1, p.63-81, 2005.
- CASTRO, M. *A imprensa e o caos na ortografia*. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- CORNU, D. *Jornalismo e verdade : para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- CORRÊA, M. L. G. *Linguagem e comunicação social: visões da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola, 2002.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FEE- Fundação de Economia e estatística do Rio Grande do Sul. www.fee.tche.br
- FRANCHI, C. et al. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MUSSALIM, F; BENTES, A.C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. V. 1, 2 e 3. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, G. *A virada político-lingüística e a relevância social da lingüística e dos lingüistas*. In: CORREA, D. A relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino. Ponta Grossa: UEPG/Parábola, 2007.
- PFEIFFER, C. *Escola e divulgação científica*. In: GUIMARAES, E. Produção e circulação do conhecimento: estado mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001.
- RAJAGOPALAN, K. *Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil*. In: SILVA, F; RAJAGOPALAN, K (orgs). A lingüística que nos faz falhar. São Paulo: Parábola, 2005.
- SCHERRE, M.M.P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, T. D. *Língua na escrita jornalística*. In: GUIMARAES, E. Produção e circulação do conhecimento: estado mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

STURZA, E. *Línguas de fronteiras e política de línguas*: uma história das idéias lingüísticas. 2006. Tese (doutorado em Lingüística)-Instituto de estudos da linguagem. UNICAMP. Campinas-SP, 2006.

STURZA, E.; FERNANDES, I. S. *A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil*. In: Revista Signo & Seña, n 20, p. 207-228. Instituto de Lingüística, Facultad de Filosofía y Letras. Buenos Aires: UBA, 2009.